

Empresariado já questiona reuniões

São Paulo — A agenda mínima de entendimento que o Governo propôs na quarta-feira, durante reunião realizada com representantes do empresariado e sindicalistas, deixou de contemplar propostas de boa parte dos empresários paulistas. Diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mantêm a defesa da livre negociação salarial. Essa postura também é defendida pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo que, por sua vez, é contrária à trégua de preços proposta no encontro pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio, Vítor de Araújo Martins. O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) aproveita a audiência pública com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na próxima segunda-feira, para defender uma ampla discussão de política de rendas a partir de uma negociação de metas trimestrais para salários e preços.

“É preciso ampliar a representatividade desse encontro, está se passando a impressão de que o Governo, com entidades empresariais

mais próximas, quer ganhar tempo”, questiona Emerson Kapaz, coordenador do PNBE. Ele acredita que nunca se esteve tão próximo de um entendimento, mas ao mesmo tempo é muito grande o risco de que essa tentativa caia novamente no ridículo. Para Horácio Lafer Piva, diretor da Fiesp, essa negociação é uma grande estratégia do presidente Itamar Franco para repartir a decisão do veto. “No fundo é uma administração de conflito, onde se tenta dividir uma decisão politicamente desgastante”, reforça.

Paulo Butori, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), acha que há uma distância entre o que é discutido na Fiesp e o que está sendo defendido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em Brasília. “Tivemos duas reuniões desgastantes para discutir essa questão da política salarial, há um consenso de que é necessária a livre negociação para os salários e, na minha opinião, também para a participação dos trabalhadores no lucro das empresas”, reforçou. O presidente da CNI, Albano Franco, pediu ur-

gência na votação do projeto que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Sem concessão — A proposta apresentada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), de liberação dos recursos do Cofins, que estão sendo discutidos judicialmente pelos empresários, o que poderia representar uma arrecadação de US\$ 7 bilhões ao Governo, também não foi bem aceita pelos empresários. “Isso é uma questão jurídica de cada empresa, assim como a questão do IPMF, e nem a CUT nem o ministro da Fazenda têm o direito de pedir aos empresários que desistam”, ressaltou Butori.

Na opinião de Piva, a liberação do dinheiro do Cofins passa pela credibilidade do Governo. “Abrir mão de medidas judiciais para ajudar o Governo é uma bobagem, nunca houve alocação de recursos para contas específicas neste País”, reforça. Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio, acha que medidas paliativas não vão ajudar em nada, o País continua precisando de reformas estruturais.